

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IEPÊ – ESTADO DE SÃO PAULO.

Processo: 1000035-96.2023.8.26.0240

Requerentes: Nutrisolo LTDA ME e outros

M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA,

Administradora Judicial devidamente qualificada nos autos em epígrafe, por intermédio de seu representante legal e profissional responsável, nos termos do art. 21, parágrafo único da Lei 11.101/2005, Dr. **MARCIO ROBERTO MARQUES**, igualmente já qualificado, vem, respeitosamente à presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, em atenção a decisão de fls. 2984, manifestar o quanto segue.

I – FLS. 2907/2923 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Compulsando os autos, verifica-se que o credor COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMOTA – SICOOB CREDIMOTA opôs Embargos de Declaração, às fls. 2907/2923, contra a decisão proferida pelo d. juízo universal de fls. 2872/2875, alegando a existência dos vícios de omissão e contradição, os quais necessitam serem sanados.

No mencionado *decisum*, restou deferida a prorrogação dos efeitos do *stay period* por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar do prazo inaugural ou até a homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Em suas razões, o credor alegou que as Recuperandas, ao apresentarem pedido de recuperação judicial, agiram de **má-fé**, tendo em vista as

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br

seguintes atitudes por elas praticadas nos autos nº 10000018-60.2023.8.26.0240, quais sejam: (a) retiraram o equipamento de GPS que identificava a localização da máquina objeto da demanda; (b) ocultaram há mais de 60 (sessenta) dias o bem que se pretendia apreender; (c) expropriaram soja empenhada; (d) simularam a venda de maquinário para tentar comprovar a essencialidade dos bens apreendidos; (e) utilizaram conta de terceiros para movimentar valores.

Ainda, arguiram que o **laudo da Constatação Prévia** realizado pela Administradora Judicial, que considerou a essencialidade dos bens de propriedade fiduciária do credor, deve ser declarado **nulo**, uma vez que supostamente houve fraude das Recuperandas, de modo que as análises foram operadas com base em informações inverídicas. Sobre esse tema, trouxe argumentos os quais julgam justificáveis para entendimento diverso do juízo universal quanto aos bens reconhecidos imprescindíveis – *especificamente quanto ao caminhão e colheitadeira objeto da busca e apreensão de autos nº 2047115-80.2023.8.26.0000*.

Novamente, apontou nos autos, que não há comprovação de grupo econômico entre as Recuperandas, eis que inexistente relação hierárquica, alegando serem empresas de fachada, pois os contratos agrícolas são realizados em nome das pessoas físicas Jerônimo Soares de Azevedo Junior e Manoel Messias de Franca.

Questionou que, para que seja deferida a prorrogação do *stay period*, é necessário que seja realizada análise minuciosa dos fatos, o que entende não ter ocorrido. Complementa, ainda, que, como a Embargante é cooperativa, não está sujeita aos efeitos da presente recuperação ou até mesmo da prorrogação da suspensão, crendo que o presente caso seria de determinação de imediata devolução dos bens objeto dos autos de Busca e Apreensão nº 10000018-60.2023.8.26.0240.

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br

Combateu a proporção do valor do patrimônio das Recuperandas em face dos bens alienados fiduciariamente, de R\$ 1.896.000,00 (um milhão oitocentos e noventa e seis mil reais) e R\$ 6.049.000,00 (seis milhões e quarenta e nove mil reais), respectivamente, assim como que o imóvel de matrícula nº 15.472 não deveria constar na relação de bens particulares dos sócios administradores, pois dado em pagamento ao Embargante.

Por fim, contestou os valores contidos no Imposto de Renda das Recuperandas, de 2021 e 2022, em comparação as rendas atuais que considera espantosamente superiores, requerendo a manifestação da Administradora Judicial acerca do tema bem como das demonstrações contábeis apresentadas, uma vez que entente ter havido fraude.

Pugnou para que sejam sanadas as contradições e omissões que alega existentes na decisão de fls. 2872/2875, nos termos do art. 1022 do Código de Processo Civil.

Em atenção ao art. 1023, §2º, do CPC, o d. juízo universal determinou a intimação desta Administradora Judicial para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, o qual passa a expor conforme infra.

II – MANIFESTAÇÃO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

Consoante narrado alhures, o Embargante alega a existência de omissão e contradição na decisão que prorrogou o *stay period* das Recuperandas, fls. 2872/2875, lançando diversos argumentos em suas razões, porém, sem que fossem apontados os vícios indicados.

Inicialmente, impende ressaltar que o último petição apresentado nos autos, por parte do Embargante, é o de fls. 1206-1207, em data de 04/04/2023, em que restou pleiteado, equivocadamente, aditamento do mandado

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villaggio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br

de busca e apreensão com ordem de arrombamento e requisição de reforço policial (pressupõe-se que se deveria ter sido feito nos autos nº 10000018-60.2023.8.26.0240). Antes disso, juntou, às fls. 1189, na mesma data, despacho extraído do Agravo de Instrumento nº 2076676-52.2023.8.26.0000.

Verifica-se, portanto, que não há qualquer requerimento realizado nos autos, pelo Embargante, há cerca de 6 (seis) meses, a justificar a alegação de eventual omissão/contradição, conforme aventado nos Embargos de Declaração de fls. 2907/2023.

Não obstante, por cautela, esta Administradora Judicial passa a tecer suas considerações acerca da arguição do Embargante, conforme segue infra.

a) Alegada má-fé das Recuperandas

Em suas razões, o credor alega a má-fé das Recuperandas ao ajuizarem o presente pedido de Recuperação Judicial a possibilitar a restituição do bem de sua propriedade fiduciária, citando como argumento, fatos supostamente ocorridos nos autos de Busca e Apreensão, nº 10000018-60.2023.8.26.0240, sem, contudo, nada mais a requer quanto as informações lançadas.

Sobre o tema, importa rememorar que o credor, ora Embargante, interpôs Agravo de Instrumento nº 2047115-80.2023.8.26.0000, contra a decisão proferida às fls. 268, em 15/02/2023, que deferiu o efeito suspensivo do pedido de tutela antecedente e concedeu o *stay period* às requerentes pelo período de 30 (trinta) dias, entendendo que, nesse interim, seria suficiente à distribuição do pedido principal de Recuperação Judicial.

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



Em data de 06/03/2023, fls. 651/664 do mencionado AI nº 2047115-80.2023.8.26.0000, restou deferida a liminar pretendida e determinada a suspensão da decisão recorrida de fls. 268, tendo sido comunicado o Juízo Universal.

Ocorre que, em data de 14/03/2023, em atendimento ao comando judicial de fls. 268 do Juízo Universal, as devedoras apresentaram pedido principal de Recuperação Judicial, o qual restou deferido o processamento às fls. 1217-1229, em 04/04/2023, tendo, como consequência a concessão do *stay period* pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), nos termos do art. 6º, §4º, da Lei 11.101/2005.

À época, a suspensão de 30 (trinta) dias prevista na decisão de fls. 628 do juízo universal, revertida em sede recursal, não mais subsistia, seja pela decisão recursal, seja pelo já transcurso do prazo inicialmente concedido, fazendo com que o indigitado recurso perdesse o objeto.

Neste mesmo sentido, reconheceu o Nobre Desembargador às fls. 915/920 o AI nº 047115-80.2023.8.26.0000, julgando prejudicado o recurso, uma vez que *“a tutela cautelar originalmente concedida pelo D. Juízo de origem tinha o propósito específico de viabilizar a apresentação de pedido de Recuperação Judicial, o qual foi esgotado com a emenda da petição inicial, e, à vista dessa emenda, a r. decisão aqui recorrida foi substituída pela que indeferiu o novo pedido de tutela de urgência nela deduzido (fls. 837/857 dos autos originários).”*

Diante da situação processual narrada, não há que se tratar de má-fé das Recuperandas em distribuírem o pedido principal de Recuperação Judicial, porquanto apenas seguiu-se o regular procedimento previsto no Código de Processo Civil aliado aos ditames da Lei 11.101/2005.

b) Essencialidade de bens de propriedade fiduciária da Embargante

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br

No que se refere a análise quanto a essencialidade de bens para a continuidade da atividade das Recuperandas, que abarcou a imprescindibilidade do caminhão e colheitadeira de propriedade fiduciária do Embargante, verifica-se que esse já foi objeto de debates no início do presente procedimento, tendo sido emanadas as considerações desta Administradora Judicial às fls. 936/1086, culminando no reconhecimento por este d. magistrado, conforme decisões de fls. 1174/1176, fls. 1217/1229 e fls. 1872/1883.

Assim, esta Administradora Judicial entende pela inexistência de vícios na decisão recorrida de fls. 2872/2875, seja de contradição seja de omissão (vez que não apontado pelo credor), principalmente quando essa nada se refere ao tema em testilha.

c) Alegada nulidade da Constatação Prévia

Quanto a alegação de nulidade da Constatação Prévia elaborada por esta AJ (fls. 936/1086), aduz ter sido realizado com base em informações inverídicas, reiterando, novamente, os mesmos argumentos lançados nos autos de Busca e Apreensão nº 10000018-60.2023.8.26.0240 e Agravo de Instrumento nº 2105365-09.2023.8.26.0000, referente a ocultação dos bens e a suposta prescindibilidade de bens.

Contudo, frisa-se que tais questões já foram consideradas pelo d. magistrado quando da análise da essencialidade de bens assim como quando do mencionado laudo, de modo que, em caso de insurgência por parte do credor, deveria ter sido manejado recurso adequado àquela oportunidade, o que se verifica ter sido feito nos autos nº 2105365-09.2023.8.26.0000.

Sobre o tema, importa destacar que o Embargante utiliza fundamentos genéricos, apontados através de análise das fotos contidas nos autos,

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br

o que não coaduna com todo o conteúdo constatado e apresentado por este profissional na perícia realizada.

Veja-se que, ao contrário do trabalho desempenhado por este profissional bem como das análises realizadas pelo juízo universal, respaldado nos documentos contábeis a demonstrar e fundamentar sua decisão, o Embargante refuta todo o procedimento com base em suposições – *a exemplo, a alegação de mesma vegetação das rodas da colheitadeira* –.

Insta esclarecer que o laudo desta Administradora Judicial foi realizado com fito de aferir a suficiência dos documentos apresentados pelos devedores e constatar a real situação de funcionamento das empresas e da regularidade documental, nos termos da Recomendação 57 do CNJ e art. 51-A¹ da Lei 11.101/2005.

Nessa oportunidade, em sede de cognição sumária, desempenhou o múnus *in loco*, oportunidade em que restou possibilitada a análise quanto a essencialidade de bens de capital das Recuperandas e seu reflexo na atividade, o que, aliado a análise contábil, ensejou a sua conclusão exarada na perícia acerca da essencialidade de bens.

Isso porque, conforme ensinamentos de Daniel Carnio Costa e Eliza Fazan acerca do objeto de análise da Constatação Prévia:

¹ Art. 51-A. Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, poderá o juiz, quando reputar necessário, nomear profissional de sua confiança, com capacidade técnica e idoneidade, para promover a constatação exclusivamente das reais condições de funcionamento da requerente e da regularidade e da completude da documentação apresentada com a petição inicial.

[...]

§ 5º A constatação prévia consistirá, objetivamente, na verificação das reais condições de funcionamento da empresa e da regularidade documental, vedado o indeferimento do processamento da recuperação judicial baseado na análise de viabilidade econômica do devedor. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)



“É importante destacar que o objetivo da constatação prévia não é realizar uma auditoria da empresa devedora, tampouco fazer uma análise de viabilidade do negócio. **A constatação prévia visa, apenas e tão somente, revelar o que dizem os documentos técnicos que instruem a inicial, atestando sua pertinência completude e correspondência com a real situação de funcionamento da empresa.** Assim, por exemplo, a constatação visa revelar que o balanço da empresa indica sua total inatividade por longo período; que não foram considerados algum ou alguns períodos no balanço especial apresentado pela devedora; que a demonstração de resultado não apresenta receitas nos últimos períodos; que as projeções de fluxo de caixa são incompatíveis com os demais documentos; que não existem itens em estoque, mas que figuram valores de estoques nos balanços; a inexistência de clientes e novos contratos; a inexistência de empregados etc. Não se trata, portanto, de auditoria, mas de verificação sumária dos documentos.

Também não é objeto da constatação prévia analisar a viabilidade do negócio. Primeiro porque é impossível atestar a viabilidade do negócio em momento tão precoce do processo, a viabilidade do negócio depende de diversos fatores que escapam a análise do juiz nesse momento preliminar. A própria decisão dos credores, na aprovação do plano de recuperação judicial, poderá viabilizar o negócio inicialmente imaginado como inviável em razão do seu alto nível de endividamento, por exemplo. **Ademais, a viabilidade econômica do negócio ou da empresa é uma decisão que cabe ao mercado, são os credores que deverão acreditar na atividade empresarial em crise e na importância de sua manutenção. Não pode o juiz substituir os credores na decisão sobre a viabilidade econômica da empresa.**

A constatação prévia deve analisar apenas a capacidade da empresa na geração de empregos, tributos, produtos, serviços e riqueza.”²

Por oportuno, no que tange ao Agravo de Instrumento nº 2105365-09.2023.8.26.0000, informa que restou proferida decisão monocrática às fls.

² COSTA, Daniel Carnio; FAZAN, Eliza. *Constatação Prévia em Processos de Recuperação Judicial de Empresas*. Curitiba: Juruá, 2019, p. 46-47.



181/194 (05/05/2023) do juízo *ad quem*, no sentido de não restarem evidenciados os requisitos para concessão do efeito suspensivo, uma vez que as razões expostas pelo Agravante, ora Embargante, não desautorizam os fundamentos em que se assenta a decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial.

Nesse sentido, fundamentou seu entendimento consoante abaixo se verifica:

"[...] observa-se que, tão logo o D. Juízo de origem teve conhecimento da ordem de devolução do maquinário, o pedido de processamento do pedido recuperacional fora por ele deferido. Tem-se, portanto, que, ainda que o D. Juízo de origem tenha sido previamente informado pelo agravante quanto à aludida ordem de suspensão, a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial dos agravados foi proferida logo em seguida e, por consequência, o "stay period" passou a vigor, tudo a revelar que, ao contrário do alegado pelo agravante, não houve descumprimento da ordem emanada deste Relator.

Além disso, ao que consta, enquanto no agravo de instrumento nº 2076676-52.2023.8.26.0000 a discussão pairava sobre a devolução da "colheitadeira [...]" neste recurso a decisão recorrida, ao rejeitar os embargos de declaração opostos pelo agravante (fls. 1.185/1.186 dos autos originários) parece ter reconhecido a essencialidade do "veículo Scania G420 A, 4x2, ano modelo 2010/2010", o qual, aparentemente, é essencial ao desempenho das atividades dos agravados.

Em relação ao processamento da recuperação judicial propriamente dito, é de considerar-se que a inviabilidade econômica das recuperandas é questão a ser aferida pelos credores e, por isso, não é impeditiva do deferimento dele. Quanto às fraudes denunciadas pela agravante, apesar da gravidade dos fatos aqui apresentados, elas deverão ser aferidas pelo D. Juízo de origem que, se o caso, dentre outras providências, determinará a instauração do incidente de que trata o artigo 64 da Lei nº 11.101/05.

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



Diante disso, não há como e nem porque suspender-se a r. decisão recorrida, ainda mais em se considerando que os céleres processamento e julgamento deste recurso pelo Colegiado não comprometem a instrumentalidade recursal. Nesse contexto, então, processe-se o recurso sem efeito suspensivo.

Intimem-se os agravados para responder no prazo legal e o administrador judicial para manifestar-se."

Posteriormente, em data de 22/09/2023 (fls. 441/464), sobreveio acórdão desprovendo o recurso, uma vez que a decisão recorrida se limita a verificação dos requisitos formais previstos nos arts. 48 e 51 da Lei 11.101/2005, não assistindo razão às alegações do credor. Pontuou, que é competência do juízo universal decidir sobre a manutenção, ou não, dos atos de constrição sobre o patrimônio das devedoras, ainda que efetivados anteriormente ao pedido de recuperação judicial bem como sobre a essencialidade dos bens constritos para a manutenção da atividade empresarial, mesmo que o crédito a eles relativo seja extraconcursal. Finalizou no sentido de ter sido reconhecida a essencialidade, de modo a restar impossibilitada a retomada do veículo alienado fiduciariamente, cf. art. 49, §3º, *in fine*, da LFRJ, mantendo-se a proteção sobre o bem somente durante a vigência do *stay period*.

Deste modo, não assiste razão o Embargante ao manejar o presente recurso aclaratório submetendo, novamente, o juízo a reanálise da mesma matéria, enquanto tramita em 2º grau, a mesma apreciação, no Agravo supramencionado.

Em assim agindo, infringe consideravelmente a legislação processual vigente, razão pela qual esta Administradora Judicial se manifesta no sentido de que seja improvido os aclaratórios de fls. 2909/2923, mantida incólume a decisão retro.

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br

d) Alegada inexistência de grupo econômico

Ainda, o Embargante aponta ter havido *omissão/contradição* na decisão decorrida de fls. 2872/2875 arguindo, novamente os mesmos argumentos já lançados anteriormente no sentido de que “que não há comprovação de grupo econômico entre as Recuperandas, eis que inexistente relação hierárquica entre elas”, alegando serem empresas de fachada, uma vez que os contratos agrícolas são realizados em nome da pessoa física JERÔNIMO SOARES DE AZEVEDO JUNIOR e MANOEL MESSIAS DE FRANCA.

Em verdade, novamente, não assiste razão a alegação da Embargante, uma vez que a decisão recorrida não versa sobre quaisquer dos temas supramencionados. Porém, por cautela, rememora que a análise referente a existência de grupo econômico restou realizada na decisão de fls. 268, já transitada em julgado.

Assim, reitera o contido na Constatação Prévia realizada por esta Administradora Judicial, de fls. 936/1088, ponderando que, no caso *sub judice*, o Requerente, produtor rural, Jerônimo, sempre foi sócio de fato da empresa Nutrisolo, não tendo ingressado formalmente no quadro societário, segundo informações prestadas por esse, em razão da consolidada confiança havida entre os sócios, bem como pelo fato de sua esposa, Sra. Luana Guerhardt Faria de Azevedo, já ser uma das sócias da empresa.

Acrescenta que, àquela oportunidade, havia sido informado pelos Requerentes que, tendo em vista que as empresas atuam com os mesmos sócios de fato, foi convencionado que os recursos necessários para custear o início das atividades agrícolas do produtor rural Jerônimo fossem suportados pela empresa Nutrisolo, vez que já consolidada no mercado. Dessa forma, parte dos ativos dessa (recursos financeiros e estoques de produtos) foram destinados a

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br

fomentar a produção rural, a fim de gerar ainda mais renda, empregar mais pessoas e solidificar/fortalecer ainda mais o grupo econômico.

Conforme inspeção física realizada, percebeu-se a atuação conjunta do grupo no mercado.

De acordo com relatos dos Requerentes, a empresa Nutrisolo possui todo o know-how necessário para produzir/cultivar, e ainda disponibiliza, ao produtor rural Jerônimo, produtos e insumos em melhores condições, praticamente a preço de custo, tendo em vista que a própria empresa é revendedora/comercializadora de boa parte de tais produtos.

Conforme informado pelo empresário na visita *in loco* nas propriedades rurais, existe a mesma estrutura organizacional, administrativa e contábil, sendo que os negócios são uma só unidade, restando claramente perceptível que a crise acometida por um empresário afetou o outro. Nesse diapasão, ao sentir da AJ, foi demonstrado que as atividades desempenhadas se desenvolvem de maneira interligada e complementar, formando-se um grupo econômico de fato.

Nesse mesmo sentido, entendeu e reconheceu a existência de grupo econômico entre as Requerentes, ora Recuperandas, conforme fundamentos lançados na decisão de fls. 268, não havendo que se tratar, portanto, de eventual omissão do juízo universal acerca do tema.

Dado o trânsito em julgado acerca do tema em questão quanto as análises já realizadas por esta Administradora Judicial aliada as decisões judiciais no mesmo sentido, é o entendimento de que não assiste razão a argumentação do Embargante.

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br

e) Prorrogação do stay period

Questiona que, para que seja deferida a prorrogação do *stay period*, é necessário que seja realizada análise minuciosa dos fatos, o que entende não ter ocorrido. Complementa, ainda, que, como a Embargante é cooperativa, não está sujeita aos efeitos da presente recuperação ou até mesmo da prorrogação, crendo que o presente caso seria de determinação de imediata devolução dos bens apreendidos nos autos de Busca e Apreensão nº 10000018-60.2023.8.26.0240.

Contudo, verifica-se que tal argumento não coaduna qualquer omissão ou contradição arguida pelo credor, ora Embargante, evidenciando tão somente eventual discordância e insatisfação quanto ao entendimento exarado pelo juízo, o qual deve ser combatido pelo recurso adequado.

Acrescenta que, em caso de eventual questionamento quanto a sujeição do seu crédito deve ser manejada insurgência pelo meio processual apropriado, segundo disposto na Lei 11.101/2005, restando completamente inadequado que seja feito mediante Embargos de Declaração opostos contra decisão que sequer abarca tal tema.

f) Atos fraudulentos

Por sua vez, acerca dos atos fraudulentos supostamente praticados pelas Recuperandas, conforme argumentos “lançados ao vento” pela Embargante, esta Administradora Judicial se manifesta no sentido de que, em querendo, sejam noticiados no Juízo Universal mediante instauração de incidente pelo credor, nos termos do art. 64 da Lei 11.101/2005, não sendo esse o modo adequado para análise – *em sede de embargos de declaração sem qualquer*

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br

petitório que contenha o mencionado requerimento e, por obvio, não sendo conteúdo da decisão recorrida –.

Por fim, acerca do valor do patrimônio das Recuperandas em face dos bens alienados fiduciariamente, bem como ante ao Imposto de Renda e demonstrações contábeis das devedoras, esta Administradora Judicial informa que exara suas impressões nos Relatórios Mensais de Atividades apresentados mensalmente no incidente processual nº 1000212-60.2023.8.26.0240, os quais reitera.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo exposto supra, há vista de que a decisão recorrida não versou sobre os temas supramencionados bem como inexistente requerimento do credor a ensejar eventual omissão do d. magistrado assim como não verificada qualquer contradição no *decisum*, esta Administradora Judicial se manifesta no sentido de que sejam improvidos os Embargos de Declaração opostos às fls. 2907/2923.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas acerca do presente processo.

Curitiba/PR, 20 de outubro de 2023.

M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

ADMINISTRADORA JUDICIAL

CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195

Representante: **MARCIO ROBERTO MARQUES**

OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br